

Projeto de Lei nº

Altera o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

Art. 1º A Lei Municipal nº xxxx, de xxx de xxxxxx de xxxxx, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais, passa a vigorar acrescido das seguintes disposições:

“(....)”

TÍTULO VII DA SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR

CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. XXX. O Município manterá Regime Geral com a Previdência Social – RGPS, mediante contribuição patronal e do servidor, com vistas aos benefícios instituídos pelo Instituto Nacional do Seguro Social, observado o art. 201 da Constituição Federal, complementando-os nos casos previstos neste Estatuto.

Seção I Da Complementação de Proventos de Aposentadoria

Art. XXX. Os servidores efetivos, quando aposentados pelo Regime Geral de Previdência Social, desde que também presentes os pressupostos constitucionais, nos termos do art. 40 da Constituição Federal, ou estipulados em emendas constitucionais, perceberão do Município provento no valor igual a diferença entre o valor de sua remuneração fixada no ato da complementação de aposentadoria e o provento de aposentadoria estabelecido pelo Regime Geral de Previdência Social.

§1º A remuneração do servidor efetivo para fins de apuração do valor da complementação de proventos de aposentadoria de que trata o caput deste artigo, é constituído de:

I - vencimento;

II – avanços;

III - gratificação adicional de tempo de serviço;

IV - gratificação adicional por serviço de atividades insalubres ou perigosas;

V - gratificação adicional por serviço noturno;

VI - auxílio para diferença de caixa,

VII - gratificação de risco de vida;

VIII - incorporações previstas em lei.

§ 2º As gratificações previstas nos incisos IV, V, VI VII e VIII do parágrafo anterior serão calculadas de forma proporcional aos anos completos de exercício com percepção da vantagem.

§ 3º A compensação do nível de remuneração de que trata este artigo aplica-se também à servidores efetivos em Licença para Tratamento de Saúde, Licença por Acidente em Serviço ou por doença profissional.

Art. XXX. A complementação de proventos de aposentadoria será revista, observados os critérios estipulados pela legislação em vigor.

Art. XXX. Aos aposentados com direito a complementação de proventos de aposentadoria será paga a gratificação natalina.

Art. XXX. Para ser devida a complementação de proventos de aposentadoria, os servidores devem implementar, na data da concessão da aposentadoria, os requisitos necessários para aposentadoria conforme regras previstas na Constituição Federal e suas emendas.

Parágrafo único. Caso haja negativa de registro do ato de inativação junto ao Tribunal de Contas do Estado, o servidor efetivo poderá optar retornar a ativa, no respectivo cargo efetivo.

Art. XXX. O valor pago à título de complementação de aposentadoria será custeado pelo Município.

Seção II Da Complementação de Proventos de Pensão

Art. XXX. A complementação de pensão pode ocorrer quando o servidor falecido tiver sido contribuinte do Regime Geral de Previdência Social e tiver com isso garantido a seus dependentes o direito de receber pensão pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. XXX. O Município poderá complementar a pensão com a diferença entre o valor da pensão paga pelo INSS e o valor que os beneficiários perceberiam caso fosse concedida pelo Município, observados os critérios estabelecidos na Constituição Federal ou em suas emendas constitucionais.

Art. XXX. O valor pago à título de complementação de pensão será custeado pelo Município.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

XXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXX